



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS**

ESTADO DO PARANÁ

### **LEI N.º 949**

26 de abril de 2012

*Dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Porto Amazonas, nos termos do art. 100, § 3º e § 4º, da Constituição Federal, decorrentes de decisões judiciais considerados de pequeno valor (RPV).*

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 64, inciso I da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o que dispõe o caput do artigo 100 da Constituição Federal, faço saber que a Câmara Municipal de Porto Amazonas aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os débitos ou obrigações do Município de Porto Amazonas, Paraná, apurados em virtude de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, for igual ou inferior ao valor equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social serão pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Art. 2º Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no artigo anterior são requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 3º Os débitos de que trata o artigo 1º serão pagos por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), no setor próprio da Prefeitura Municipal, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente, independentemente de precatório, obedecida a ordem cronológica de apresentação do ofício.

Art. 4º O credor da importância superior ao montante previsto no artigo 1º desta Lei Municipal poderá optar por receber seu crédito por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), desde que renuncie expressamente, na forma da Lei, junto ao juízo da execução, ao valor excedente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas (PR), 26 de abril de 2012.

Miguel Tadeu Sokulski  
**PREFEITO MUNICIPAL**